

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DE 2016

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – CMARH



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS

Goiânia, 08 de agosto de 2016.

I - INTRODUÇÃO

O primeiro semestre do segundo ano de nossa gestão a frente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, continua a ser marcado por sua intensa preocupação com o resultado das iniciativas em prol da prevenção, combate, e, especialmente, na punição dos agentes patrocinadores de práticas nocivas ao meio ambiente.

Em contraponto às infinidades de degradações ambientais que acometem nosso Estado, a CMARH tem envidado continuamente, esforços e ações que visam justamente coibir e/ou amenizar o cenário de desrespeito as normas ambientais, seja por particulares, bem como por instituições públicas ou privadas.

Imbuído desse ideário, o presidente da CMARH apresentou o projeto de lei nº 2016001843, que torna mais rigorosa a valoração das multas aplicadas àqueles infratores que desmatarem área de risco, e ainda, que os instrumentos utilizados nessa modalidade de ilícito ambiental, só serão restituídos pela autoridade autuante após o pagamento de tais multas.

Ainda no intuito de fortalecer o combate às violações ambientais, também de iniciativa do Dep. Manoel de Oliveira, o projeto de lei nº 2016001240, propõe quantitativo mínimo de 30% de fiscais no quadro de cargos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA .

Na esteira da prevenção, ganha destaque o projeto de lei de nº 2016001336, que visa normatizar e regular o descarte adequado de filmes de radiografia usados no Estado, haja vista sua grande nocividade ao meio ambiente e ao ser humano, conforme embasados estudos científicos, e normas legais atinentes.

Na linha do fomento a ações de incentivos à iniciativas de preservação do meio ambiente, e, como resultado de debates que ocorreram no evento, “*A SITUAÇÃO DA RECICLAGEM EM GOIÁS*”, cuja coordenação foi da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva de Reciclagem, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados; no último dia

07/12/2015, em que se fez presente a CMARH, o Dep. Manoel de Oliveira apresentou o projeto de lei de nº 201600039, que dispõe sobre incentivo financeiro a catadores de materiais reciclados, chamdo “Bolsa Reciclagem”.

Por fim, reafirma-se o compromisso da CMARH em trabalhar de forma contínua e destemida em sua missão de zelar pela promoção e preservação do Meio Ambiente, e dos Recursos Hídricos no Estado de Goiás, e para tanto, espera contar com envolvimento de cada cidadão nessa empreitada.

Manoel de Oliveira (PSDB)
Presidente da CMARH

II – DAS PROVOCAÇÕES RECEBIDAS PELA CMARH

No primeiro semestre ano de 2016 foram atendidas as seguintes ocorrências pelo canal de acesso Cidadão Participativo desta Casa de Leis:

Ocorrência	Situação	Órgão de encaminhamento	Documento de encaminhamento
"Lote baldio aberto, com muita poluição e focos de aedes aegypti".	Encaminhado	AMMA	Ofício 003/2016 - CMARH
"Rua da begônia Qd 04 It 08, FLAMBOYAM jogando esgoto na rua, a céu aberto".	Encaminhado	AMMA	Ofício 001/2016 - CMARH
"Rua da begônia Qd 04 It 08, FLAMBOYAM jogando esgoto na rua, a céu aberto".	Encaminhado	SANEAGO	Ofício 001/2016 - CMARH
"lançamento desregrado de lixo em lote localizado na Rua 28, esquina com rua 28, Centro, nesta capital".	Encaminhado	AMMA	Ofício 002/2016 - CMARH

III - DELIBERAÇÕES DA CMARH

Ao longo do primeiro semestre de 2016, nas reuniões realizadas pela Comissão do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Cmarh), foram distribuídos e/ou votados vários Projetos de Lei .

Trata-se dos seguintes Projetos de Lei:

Número do Processo	Autor	Assunto
2015001936	Deputado Gustavo Sebba.	Dispõe sobre a utilização inadequada de água e aplicação de multas para infratores no estado de goiás e dá outras providências.
2014003066	Deputado Bruno Peixoto.	Dispõe sobre a produção, comercialização e uso de agrotóxicos e afins no estado de goiás e dá outras providências.
2015002615	Deputado Diego Sorgato.	Altera a lei nº 13.123, de 16 de julho de 1997, que dispõe sobre a política estadual de recursos hídricos.
2014000564	Deputado Bruno Peixoto.	Altera a lei nº 17.684, de 29 de junho de 2012.
2015003250	Deputado Lucasl Calil.	Altera a lei nº 13.025, de 13 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a pesca, aquicultura e proteção da fauna aquática.

2016001002	Deputado Simeyzon Silveira.	Institui a semana estadual da sustentabilidade no estado de goiás.
2015004083	Deputado Carlos Antônio.	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de alerta sonoro nas empresas de mineração que possuem barragens de rejeitos no estado de goiás.
2015004263	Deputada Adriana Accorsi.	Dispõe sobre a coleta e o descarte de medicamentos vencidos, e da outras providências.
2016000337	Deputado Luis Cesar Bueno.	Dispõe sobre o acondicionamento e o descarte de peças automotivas inservíveis.
2016000628	Deputado Francisco JR.	Institui a política de educação para o consumo sustentável no âmbito do estado de goiás.

Insta salientar que todos projetos mencionados já foram relatados e votados no âmbito desta Comissão, bem como encaminhados à Diretoria Parlamentar para que esta os submeta à apreciação do Plenário desta Casa.

IV – AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E EVENTOS NOS QUAIS A CMARH SE FEZ PRESENTE

SEMINÁRIO: Desafios do Saneamento – Ministério Público

A CMARH se fez presente no seminário que tratou do tema saneamento básico e seus principais desafios, que ocorreu em 20/05/2016 na sede do Ministério Público de Goiás, na cidade de Goiânia. Estiveram presentes várias autoridades, e especialistas do assunto com o propósito de colaborarem com palestras que pudessem trazer à atualidade temas que precisam ser discutidos, projetos, novas tecnologias e políticas públicas.

Entre os presentes pode-se citar o Sr. Jorge Werneck da EMBRAPA-Cerrado, Sr^a Rosidalva Lopes Feitosa da Paz – SECTEC/GO, Sr. João Ricardo – SECIMA/GO, Sr. Leo Lince – EMATER, Sr. Henrique Luiz de Araújo Costa – SANEAGO. Foi de significativa importância a presença do secretário estadual da SECIMA, Sr. Vilmar Rocha que se pôs às ordens para qualquer discussão pertinente e relevante sobre o tema em exposição.



Na fala da Dra. Suelena, promotora de justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, foi dada as boas-vindas à equipe de palestrante e público presente no evento, dando ênfase aos principais fóruns existentes que são incentivos para a melhoria em vários meios. Dentre esses fóruns, estão o de Combate à corrupção, Uso de agrotóxicos e o de Recursos Hídricos.



O Deputado Estadual Simeyzon também se fez presente, igualmente, alertou que o meio ambiente é um tema que está sendo retratado com muita ênfase, e que é necessária a criação de fóruns para discutir e resolver os infinitos problemas existentes.

Argumentou, que se faz importante um sistema de projetos eficazes que envolvem cadeias produtivas, governo e a população em geral que será afetada. Destacou também sobre o avanço do setor energético, e das fontes alternativas de energia.

O prefeito da cidade de Bom Jardim de Goiás, presidente da Associação Goiana dos Municípios, Cleudes Bernades, salientou que o saneamento básico é de muita importância para que todos os setores da sociedade caminhem juntos, e que é direito de todos, e dever do governo fornecer as condições de abastecimento de água, tratamento de esgotos, drenagem urbana e resíduos sólidos em todas as regiões das cidades.

Ponderou ainda que exemplos de uma má gestão, ou a ausência do saneamento básico, tende a proliferar doenças, epidemias, e até óbitos, que atingem principalmente as crianças. Estimulou a parceria da AGM com a SECIMA, e Ministério Público nas práticas de conservação do meio ambiente.

O presidente da EMATER, Pedro Arraes destacou em sua fala a importância de se preservar o meio ambiente em todos os seus setores. Exemplificou o Brasil como sendo uma grande potência agrícola, energética e ambiental, sendo que 60% do território brasileiro é constituído por florestas, e por ser o único país no mundo que possui lei sobre reserva legal, estipulando sua obrigatoriedade.

Destacou que práticas sustentáveis devem ser elaboradas e empregadas gradativamente com vista a se ter um melhor manejo do solo, e dos recursos hídricos. A Integração Lavoura Pecuária Floresta está crescendo cada vez mais paralelamente com o plantio direto, que são práticas de absorção da água no solo. Também estipulou a necessidade da integração com órgãos públicos e empresas privadas para avanços ambientais.

O presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB-GO, Sr. Clarismino Luiz Pereira Júnior, enfatizou sobre o credenciamento de todos os mananciais quanto as classes do CONAM, para se ter um controle maior e mais específico sobre fatores como poluição, contaminação e para facilitar o licenciamento de alguns empreendimentos e garantir a boa qualidade dos recurso hídricos. Disse que as questões urbanas caóticas englobam a maior parte dos problemas ambientais, pois a maioria das pessoas está localizada nas regiões urbanizadas.



Sobre os demais temas verificou-se que a região central do Brasil é de fundamental importância ao que tange o ciclo das águas. Já que seu relevo é composto por planaltos com alturas elevadas aonde a água pluvial chega primeiro, e, é absorvida e distribuída para outras, e demais regiões do país. Regiões e biomas como o pantanal que possuem um acúmulo muito grande de águas superficiais, ou seja, pouco profundas, são definitivamente dependente do cerrado.

O cerrado em geral é de grande importância para que seja mantido um ecossistema funcional entre as demais regiões, além de fomentar aproximadamente 50% da capacidade hidrelétrica do Brasil. Em Goiás, a chuva na região sul é mais constante e intensa do que no restante das regiões goianas, onde o volume de chuva foi menor significativamente em relação aos anos passados. As pancadas de chuvas são fortes, porém tem curta duração de tempo e não são suficientes para fazerem a recarga dos lençóis freáticos.

Por fim, os debates se estenderam com a ênfase na necessidade de se elaborar, manter e fiscalizar as ações que visam à regulamentação das necessidades básicas da população quanto as questões do saneamento básico e meio ambiente em geral.

SEMINÁRIO: Agronegócios e Energias Renováveis – Castro’s Hotel – SECIMA

No dia 31 de março de 2016, ocorreu no auditório do Castro’s Hotel em Goiânia, o Seminário sobre Agronegócios e Energias Renováveis. O governador do Estado Marconi Perillo fez abertura do seminário e escolheu a frase de Mahatma Gandhi “não existe caminho para paz, pois a paz é o caminho”. A frase foi um convite para se pensar no pós-crise política e econômica para se encontrar soluções capazes de fazer o país voltar a crescer e se desenvolver economicamente.

Todavia, para o governador, o maior desafio é desenvolver o setor primário e a economia em geral de forma a manter a disponibilidade dos recursos naturais. “Não precisamos desmatar mais nenhuma árvore. Vamos lançar um programa de recuperação de áreas degradadas que deve atingir seis milhões de hectares”, afirmou, ao lembrar que esta crise vai passar e poucos vão se lembrar dela no futuro, mas a falta de água e o empobrecimento do solo, entre outros problemas ambientais, vão repercutir por várias gerações.



O Seminário contou também com a presença de outras autoridades e especialistas no assunto, como o governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB) e a ministra da Agricultura, Kátia Abreu (PMDB), bem como o secretário estadual da SECIMA Sr Wilmar Rocha, o deputado estadual e presidente da

Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás, Dep. Simeyzon Silveira, o professor do Departamento de Engenharia Aeronáutica da Universidade de São Paulo (USP), James Rojas Waterhouse; o head de *Project Finance* do Santander no Brasil, Diogo Berger, dentre outros.



Foi um evento onde ocorreram palestras com intuito de levantar pontos questionáveis sobre o meio ambiente em setores agropecuários e de energias. É importante salientar que o Brasil é um país com destaque na exportação de grãos e carne bovina do mundo, ou seja, um dos maiores produtores de gado de corte e com uma agricultura significativa.

Por outro lado apesar de termos em nossa região um alto índice de matérias primas e insumos para a produção de novos tipos de energia, ainda há um grande déficit por tecnologias viáveis ambientalmente e economicamente nesse processo.

A crise hídrica está cada vez mais em destaque nos debates sobre meio ambiente e se tornou uma preocupação constante dos governantes, e autoridades públicas. Com a escassez de água e de precipitações os volumes dos grandes reservatórios estão gradativamente abaixando e há uma grande dúvida sobre essa capacidade na geração de energia elétrica.

As grandes e pequenas centrais hidrelétricas continuam procurando meios de melhorarem o desempenho para acompanhar a demanda sem que haja nenhuma perda na produtividade. Foi discutida a questão da instalação de painéis solares ou fotovoltaicos. É uma iniciativa que melhoraria a demanda individual de pequeno porte, ou seja, as residências.

O secretário Wilmar Rocha afirmou que a SECIMA buscará viabilizar esse processo, pois no estado de Goiás há um grande potencial para esse setor energético.

Em sua fala frisou as isenções fiscais e tributárias e a articulação para que indústrias do ramo possam se instalar no estado.

O professor James Waterhouse afirmou que o Estado é privilegiado no tema “energia”, o que, segundo ele, se confirma devido ao seu potencial hidráulico, solar e de biomassa, matrizes estas que se complementam. Para ele, esta riqueza natural que Goiás possui também abre portas para um processo de industrialização que traria, dentre outros benefícios, uma crescente geração de empregos e competitividade no mercado o que, conseqüentemente, fortaleceria ainda mais a economia goiana.



O deputado estadual, Sr Simeyzon Silveira, se comprometeu a envidar esforços na elaboração de uma legislação que vise a desburocratização de alguns processos, ofereça incentivos e que contemplem interesses em comum a respeito de possíveis acordos.

Audiência Pública: Meio Ambiente Urbano e Rio Araguaia

O meio ambiente em seu âmbito geral vem sendo gradativamente mais discutido em seminários, congressos, audiências, dentre outros, devido à preocupação da sociedade com os recursos nele dispostos. Observa-se que as ações antrópicas estão causando impactos significativos e muitas vezes irreversíveis, comprometendo o equilíbrio dos ecossistemas e a qualidade de vida da própria população.

Nessa perspectiva, o presidente da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, deputado Manoel de Oliveira, fez a abertura da Semana do Meio Ambiente no hall da Assembleia Legislativa de Goiás, no dia 08 de junho de 2016.

No discurso de abertura, Manoel de Oliveira disse: *“As pessoas se preocupam muito com os peixes dos rios, peixe não vive sem água”*. Precisamos cuidar das nascentes dos rios, porque a água está acabando, os rios estão secando. Falta na sociedade fiscalização e conscientização.”

Houve também exposição fotográfica do fotógrafo João Faria, sobre as nascentes do Rio Araguaia, no hall de entrada da Casa.



Em seguida o deputado convidou todos presentes a seguirem para dar início a audiência pública no Auditório Sólton Amaral, sobre "Meio Ambiente Urbano e Rio Araguaia.

Presidida pelo deputado Manoel de Oliveira a audiência se destacou em pontos relativos à preservação, conservação e recuperação de áreas degradadas.

A mesa foi composta por autoridades como Delegado Luziano Severino, Delegacia Estadual do Meio Ambiente (DEMA), Promotor Dr. Juliano de Barros Araújo, 15ª Promotoria do Ministério Público do Estado e Goiás, Maria Ester, vice presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, João Batista de Freitas, tenente coronel do Comando Estadual Batalhão Ambiental e Marcelo Safadi, superintendente Executivo de Assuntos Metropolitanos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima).



Os trabalhos foram abertos com a palavra do Deputado Manoel de Oliveira, que destacou a importância da elaboração de projetos de lei no setor de meio ambiente, da legislação que é presente, mas muitas vezes ineficiente, repressões falhas por falta de fiscalização e penas brandas para crimes considerados pela lei nº 9.905/98 contra o meio ambiente. Destacou também a necessidade de mobilizar o poder público em situações reais para a preservação ambiental.



Dr. Luziãno Severino destacou os processos de recuperação de nascentes, áreas com remanescente de vegetação nativa e áreas de preservação permanente (APP's). Expôs a estrutura da Delegacia do Meio Ambiente, que é de fundamental importância em seus trabalhos, juntamente com sua equipe competente. Atualmente eles contam com caminhonetes, lanchas e até drones.

Caracterizou os processos de recuperação das nascentes do Rio Meia Ponte, Rio Vermelho, Rio Araguaia e Ribeirão João Leite. “O solo merece destaque também por conta da grande quantidade de processos erosivos graves, como a Voçoroca Chitolina, que passou por uma série de etapas, desde o cercamento de sua área ao plantio de mudas nativas para sua recuperação, evitando o desgaste e o carreamento de solo por águas pluviais.”

Dr Juliano, promotor público afirmou que a sociedade e o poder público necessitam de maior embasamento e participação nas discussões do setor ambiental para a melhora significativa do meio em que estão inseridos. A realização do zoneamento econômico – ecológico é necessário para evitar conflitos e escassez de recursos ou maiores impactos ambientais. Por termos um estado totalmente voltado a agropecuária, é importante mudar a cultura agrícola adequando-a aos padrões ambientais, visando a manutenção e conservação do solo e mananciais.

A implementação de leis específicas pelo poder executivo faz com que alguns limites envolvendo produção, utilização de agrotóxicos, e uso de água possam ser controlados tornando a região sustentável. Paralelamente, o produtor rural também deve receber informações no intuito de se conscientizarem da importância de se preservar e recuperar o meio ambiente.



Tenente coronel, senhor Joao Batista frisou a ocupação indiscriminada e acentuada nas áreas de preservação permanente. O uso dos recursos naturais visando apenas o setor econômico é característica que a sociedade adotou, porém está sendo conscientizada da importância destes para a obtenção da boa qualidade de vida.

Maria Ester também enfatizou a necessidade de regulamentação e fiscalização intensa nos setores urbanísticos e arquitetônicos respeitando os limites designados pela natureza. O papel do urbanismo deve ser mais político do que ambiental ou pessoal.

O superintendente da Secima, Marcelo Sáfadi, acredita que a elaboração de métodos de convivência coletiva não pode levar em consideração os aspectos e privilégios individuais. Para o superintendente, há dificuldade de diálogo entre as pessoas e, por conta deste problema, inviabiliza a elaboração de planos de convivência coletiva eficazes.



Após as participações de todos, a audiência pública foi encerrada, havendo a distribuição de mudas de plantas do Cerrado, como: acerola, pitanga, ipê-rosa e cagaita.

Seminário: IV Seminário Dia Mundial do Meio Ambiente

Na manhã do dia 17 de junho do ano corrente, a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CMARH, se fez presente em seminário voltado para a recuperação de mananciais destinados a captação de água e abastecimento urbano. A mesa foi composta por representantes ambientais no estado como a superintendente executiva da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Cidades (Secima), Jaqueline Vieira da Silva, que levou um recado do governador Marconi Perillo; presidente da CMARH, deputado estadual Manoel de Oliveira, presidente da Federação Goiana dos Municípios, Divino Alexandre, prefeito de Panamá, município que também participa do Ser Natureza; o diretor Assistência Técnica e Extensão Rural da Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (Emater), Antelmo Alves, e superintendente de Tecnologia Operacional e Meio Ambiente da Saneago, Wanir Medeiros.



O evento contou com a presença aproximada de 300 pessoas, as quais debateram aspectos dos inúmeros setores que ainda impedem uma distribuição desse recurso de forma igualitária e com qualidade. A questão da escassez hídrica também é atual, e vem sendo incluída geralmente em todos esses eventos, com intuito de se desenvolverem medidas sustentáveis para que não se tenha grandes passivos ambientais futuros.

O planejamento urbano perante a situação atual ambiental em que a sociedade se encontra é digno de ser debatido, pois nota-se um grande crescimento populacional, e com isso processos de expansão das áreas consolidadas urbanizadas. Com esse fator a criminalidade aumenta e a segurança se torna um desafio imediato para atender a população principalmente mais carente que está localizada na periferia.

Outro aspecto que é preocupante e esteve em pauta nas principais discussões que fomentaram o seminário, foi o aumento significativo na geração de resíduos sólidos urbanos, e a disposição na maioria das vezes inadequada destes. A questão dos lixões ainda é passível de regularização, pois com a Lei nº 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, foi estipulado um prazo de no máximo no ano de 2014 para que os municípios encerrassem esse tipo de destinação e implantassem os aterros sanitários.



Um coral infantil da Escola José Pedro Faria do município de Itapuranga/GO, comoveu os participantes ao cantarem músicas relacionadas ao futuro ambiental passível de conservação e recuperação de seus principais recursos e ecossistemas. A escola José Pedro Faria se destaca em ações voltadas a educação e conscientização ambiental em seu plano de estudo.

Por fim, o coordenador regional das Promotorias do Meio Ambiente da Bacia do Rio São Francisco, o promotor de Justiça de Minas Gerais, Francisco Chaves Generoso, abordou o tema, Negociação e Mediação de Conflitos Ambientais.

Ressaltou que um dos benefícios importantes constatados nas negociações realizadas, foi a eficácia das soluções devido o consenso entre os envolvidos. Sendo necessárias algumas técnicas essenciais para o sucesso, tais como a disponibilidade de conversa, comunicação assegurada entre as partes, uso de criatividade, definição de objetivos, dentre outras.

Deputados Membros

1 – Titulares

Manoel de Oliveira (PSDB) – Presidente

Lincoln Tejota (PSD) – Vice-Presidente

Renato de Castro (PT)

Charles Bento (PRTB)

Santana Gomes (PSL)

Bruno Peixoto (PMDB)

Paulo César (PMDB)

2 – Suplentes

Júlio da Retífica (PSDB)

Francisco Jr.(PSD)

Humberto Aidar (PT)

Carlos Antônio (SD)

Eliane Pinheiro (PMN)

Adib Elias (PMDB)

Talles Barreto (PTB)

Manoel de Oliveira (PSDB)

Presidente da CMARH

Equipe Técnica

Mardone Amador Vieira Júnior

Secretário da CMARH

Claudine Ferreira Pires

Assistente Legislativo

Ivana Borges de Almeida

Assistente Legislativo

Ana Paula Gomes

Assessora Parlamentar

Márcia Antunes de Lima

Assessora Parlamentar

Marcos Vinícius Pires Rodrigues

Assessor Parlamentar

Raflésia Maria Pereira da Silva

Assessora Parlamentar